

# A REVISTA.

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYPOGRAPHIA.

MARANHAO TYPOGRAPHIA IMPARCIAL MARANHENSE.

ANNO DE 1843.

## RIO DE JANEIRO.

*Causas da dissolução do 23 de março, segundo o Sr. Aureliano.*

—Eis o famoso discurso que na sessão de 25 do corrente pronunciou, no senado, o grande homem dos estrangeiros, e que, como a montanha, alli atrahiu o mundo!

“Sr. Presidente! Eu havia tencionado não dizer cousa alguma sobre os motivos que me obrigaram a pedir á corôa a minha demissão do cargo de ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e a instar por ella; mas hoje entendo que sobre esse facto devo dar uma uma explicação, e procurarei sêr muito breve.

A demissão de um ministro, e ministro dos negocios estrangeiros, e mais ainda a dissolução de todo um gabinete, é na verdade um facto muito importante na historia dos governos representativos: o paiz tem direito de saber que motivos teve um ministro para pedir demissão ao poder eleitoral dos ministros; o paiz deve avaliar se esse ministro obrou por um simples capricho, ou se teve em vista a causa e interesses publicos.

Senhores, pouco tempo depois que meus dignos e honrados ex-collegas fizeram comigo parte da administração de 23 de março, eu observei que a imprensa, e a imprensa ministerial, procurava hostilizar-me. Trata-se das eleições de deputados pela provincia do Rio de Janeiro: o governo imperial adoptou como candidato, e offereceu á urna eleitoral um seu empregado, e empregado tanto de sua confiança, que, quando deixou a importante presidencia que servia, o governo lhe ordenou que fuisse tomar conta de outro emprego de não menos confiança, a inspectoría da alfandega da corte. Já se vê que fallo do irmão do ex-ministro dos negocios estrangeiros: esse individuo, d'entre os candidatos do governo, foi o unico repellido da urna eleitoral.

Este facto, Srs., foi para mim muito significativo! desde esse momento entendi que devia retirar-me da administração, e disse mesmo em conselho de ministros, e a algumas pessoas, que, reunidas as camaras, e lido o meu relatório, tencionava pedir á corôa a minha demissão. Abertas as camaras, observei que alguns membros influentes na dos Srs. Deputados, membros aliás muito relacionados com alguns de meus dignos ex-collegas, procuravam em seus discursos hostilizar-me de uma maneira vehemente, censurando, como acto meu particular, um acto que o era de toda a administração, pois que só por delibera-

ção e accordo de todos os membros d'ella havia sido adoptado.

Na resposta ao discurso da corôa se havia introduzido um topico, no qual, fallando-se das relações exteriores, se dizia que a paz interna seria mantida, se se observasse *uma politica sã e illudrada*. Alli explicações foram pedidas á cerca do verdadeiro sentido d'esse topico, e um membro da illustre commissão, não contestado pelos outros, declarou que com effeito a commissão tivera em vista uma censura á repartição dos negocios estrangeiros. Por essa occasião um jornal ministerial, scripto por um nobre deputado eminentemente ministerial, declarava que no gabinete existia um membro que não gozava as sympathias do *paiz official*.

Todas estas circumstancias me puzeram mais firme na resolução em que estava de pedir e instar pela minha demissão. Entendi fazer n'isso um serviço ao meu paiz. Nas circumstancias melindrosas, assaz melancolicas, em que elle se acha, eu não devia disputar se eram justas ou injustas as censuras, as hostilidades que se me faziam; eu devia tirar á camara dos Srs. Deputados, ás suas influencias, todo o qualquer pretexto, para que ella dê ao governo em taes circumstancias aquelle apoio franco, leal e decidido que o paiz reclama.

Tenho lido que no gabinete de que fiz parte existia desharmonia: eu devo aqui declarar qual a natureza d'essa desharmonia. Nunca no gabinete houve desharmonia quanto a medidas administrativas, quanto a politica interna e externa; e nesta parte eu aceito toda a responsabilidade pelos actos da administração, expedidos pelas outras repartições dirigidas pelos meus nobres ex-collegas, porque o ministerio era solidario. E' porém verdade, e com franqueza o digo, que algumas vezes, em conselho de ministros, queixei-me de que jornaes ministeriaes me atacassem com virulencia e por actos que elles deviam ou podiam saber que não existiam, ou que designavam: queixei-me de que isso fazia acreditar no publico divisão, enfraquecimento no ministerio; eu procurava assim evitar o que me parecia um mal.

Eis aqui a natureza da desharmonia; nunca a houve quanto a medidas administrativas e quanto á politica interna ou externa; e eis, Srs., os motivos que tive para pedir á corôa a minha demissão; não sei bem quaes os que tiveram meus dignos ex-collegas. Eu entendi que com esse passo fazia um serviço ao meu paiz; entendi que, não gozando das sympathias do *paiz official*, devia, por bem do paiz, tirar qualquer pretexto, a fim de que a camara electiva prestasse ao governo todo o apoio franco, leal e energico de que o

paiz necessita, sem me embarçar se é justa ou injusta essa falta de sympathy.

Eu aproveito esta occasião para declarar que, quando, em conselho de ministros, disse que ia pedir a minha demissão, e perante a corôa quando a pedi, eu roguei aos meus dignos ex-collegas e instei com elles para que nenhum deixasse a administração, pois que a seu respeito não militavam os mesmos motivos; assegurei-lhes mesmo que, retirando-me eu só, lhes prestaria n'este logar o meu fraco mas franco apoio; e com ello podem contar os meus dignos successores, não só porque n'elles reconheço talentos e illustrada capacidade para bem dirigirem os negocios publicos, como porque estou intimamente convencido de que, nas circumstancias actuaes, é pouco todo o apoio que for dado ao governo.

Eram estas as explicações que eu entendi dever dar dos motivos que me obrigaram a pedir á corôa, e a instar pela minha demissão; a minha dignidade, e mais que tudo o bem do paiz, o exigia.”

Lê-se na Sentinella da Monarchia:—

*Diplomacia Inglesa em Buenos Ayres (\*)*

O “Jornal do Commercio” de bomtem transcreve a correspondencia ou intimação, que o ministro inglez fez ao governo de Rosas, para terminarem as hostilidades contra Montevideo; e, segundo o mesmo jornal assevera, de uma carta escripta de Montevideo soube elle da apresentação d'aquellas notas. Parece-nos que esta noticia é tão exacta, como o foi a de têr Brown tomado o commando da Botilha de Montevideo, como informaram, ha tempos, ao “Jornal do Commercio”. As notas attribuidas ao ministro inglez trazem consigo mesmo motivo para duvidar-se da sua authenticidade; a segunda d'ellas, ameaçando o governo de Rosas, funda toda a razão de intervenção no interesse do commercio britannico, ao que pôde Rosas responder que, pelo interesse do commercio de Buenos-Ayres, e inda mais pela estabilidade da república, faz elle a guerra a Montevideo. E' então o que poderá responder-lhe o ministro inglez? Se cada um procede n'esta questão por interesse, maior é o interesse de Rosas em proseguir com a guerra, do que o da Inglaterra em fazer terminá-la; e então pôde Rosas dar-lhe a resposta de Ariovisto aos Romanos—que tem a Inglaterra com os nossos negocios internos?—e de certo Rosas saberá melhor,

(\*) Este artigo é anterior á queda do gabinete de março.

do que aquelle antigo Bretão, defender a sua patria contra qualquer invasão inimiga.

Da contenda de Rosas com Rivera pudera o Brasil ter tirado grande vantagem, se em outras mãos estivesse a repartição dos estrangeiros. Porém, mau fado nosso, não só perdemos a melhor oportunidade de firmar a linha de demarcação da nossa fronteira, em vantagem de muitos Brasileiros abastados, que são diariamente incommodados com os movimentos revolucionarios de Montevideo; mas, o que peor é, achamo-nos comprometidos com Oribe e com Rosas, o cede cohermos o fructo da *inercia* e da *incapacidade*, com que nos havemos comportado para com aquellos dous Estados. Rosas queixa-se do governo do Brasil, Oribe queixa-se igualmente; e Rivera, que em todo o tempo foi o nosso maior inimigo, que uma vez nos trahiu, animou os rebeldes do Rio Grande, e escarneceu constantemente das nossas reclamações. Qual será o resultado da tanta incapacidade do Sr. Aureliano?... O tempo o mostrará; oxalá nos enganemos!

Igual inercia e incapacidade é que temos apresentado em os negocios de Buenos-Ayres com Montevideo, se nota á cerca da Republica do Paraguay. Depois da morte do dictador Francia, cumpria-nos procurar relações com aquelle estado, e com elle tratar, de modo que o seu governo se convencesse do interesse do Brasil pela sua independencia e tranquillidade; as disposições são alli as melhores a nosso favor. O Brasil é encarado como interessado na prosperidade d'aquelles povos, que desejam estreitar com nosso relações de amizade e commercio; mas, como alli se não dão fitas, o Sr. Aureliano volta as suas vistas para outras partes, que podem sêr mais proficuas aos seus desejos. Se S. Exc. houvesse dous dedos de Geographia, se não fosse tão hospede nas materias que se tratam pela sua repartição, conheceria quanto nos convém mandar um agente habil para aquelle estado. Mas S. Exc. tem muito em que cuidar,—*de minimis non curat prator*—vai andando o seu caminho, sofra ou não o Brasil; isso pouco lhe importa.

### Lê-se mais na Sentinella:— CONTRASTE CURIOSO.

—Publicámos, em nosso precedente numero, o importante discurso que o sr. Paulino proferiu na camara dos snrs. Deputados, por motivo de explicar a dissolução do gabinete de 23 de março, de que fizera parte; e hoje também publicamos o que no senado pronunciou, sobre o mesmo objecto, o sr. Aureliano. Ambos estes snrs., membros do gabinete dissolvido, fallaram segundo os dictames do seu coração: o primeiro, habil orador, fallou, com decencia, na dissolução do gabinete, invocando sempre o publico interesse, como norma da sua conducta; o segundo, tão mesquinho de palavras como de ideas, queixou-se amargamente do prejuizo que soffreu com a exclusão do sr. Saturnino, candidato á deputação pelo Rio de Janeiro: o primeiro fallou como distincto parlamentar, o segundo arengou como picata politico, que não

sabe bater-se, e foge sempre de um combate regular.

O sr. Paulino asseverou que se retirara da administração por não poder fazer o bem que as circumstancias do imperio exigem; o sr. Aureliano disse que se demittira por terem sido prejudicados os interesses de seu irmão; o primeiro mostrou interesse pelo imperio; o segundo mostrou que o seu particular interesse está acima de tudo! O sr. Paulino, demittindo-se, porta-se com lealdade para com seus ex-collegas, sustentando e comprometendo-se a defender opportunamente a mesma politica de seu ex-collega dos estrangeiros; o sr. Aureliano, demittindo-se, accusa ao sr. Paulino de perfidia, e denuncia o gabinete, de que fora membro, de influir nas eleições!... accusação que fizera ao gabinete de 23 de julho. Que contrastel que que differença de conducta! De um lado a franqueza e a lealdade apparecem em toda a sua força; do outro só se nota desabafu, egoismo, deslealdade habitual!

Não temos motivo algum para defender os membros do gabinete de 23 de março; e já por vezes o temos dito, fazendo excepção unica do sr. Paranaquá, Brasileiro distincto pelo seu saber, serviços e outras qualidades raras, pelas quaes o consideramos um dos ornamentos da nossa patria; mas, tendo de proferir a sentença entre os snrs. Paulino e Aureliano, fomos crimosamente parciaes, se abandonassemos o primeiro d'estes dous snrs. para elogiar o segundo. Se em a politica do sr. Paulino se encontram erros, ninguém deixará de reconhecer o seu subido merecimento e interesse pela prosperidade do paiz; e quanto ao sr. Aureliano, é mais que publica a sua conducta. Desleal para com o gabinete de 23 de julho, com cujos membros viveu na mais perfeita harmonia até a questão dos *arranjos* do sr. Saturnino, e tendo assignado contra aquelle mesmo gabinete o relatório mais horroroso que se tem visto, accusando-o de influir nas eleições; hoje, também pelos *arranjos* do sr. Saturnino, denuncia ao senado que os seus collegas de 23 de março mandaram listas de deputados para os diferentes collegios da provincia!... e como o sr. Paulino, segundo se deprehe do discurso do sr. Aureliano, foi incluído n'essas listas, segue-se que a accusação que o sr. Aureliano lhe faz é igual á que fez contra o 1.<sup>o</sup> gabinete, de que foi membro. Entre os argumentos com que o sr. Aureliano procurou justificar as suas accusações, ha o seguinte:—quem elogiava a meus collegas, censurava a minha politica; logo meus collegas, ou o sr. Paulino somente, mandavam escrever contra mim.—A este argumento respondemos nós:—quem elogia no senado ao sr. Aureliano ataca a todos os collegas de S. Exc.; logo o sr. Aureliano está de intelligencia com esses snrs.—O argumento não é concludente, mas é tirado dos proprios do sr. Aureliano.

Voltando ao discurso do sr. Paulino, que muito nos agradou no seu geral, recordamos de S. Exc. quando inculca que os conselheiros de estado estão obrigados a sustentar o ministerio nas camaras, de que são membros. O conselheiro de estado deve aconselhar a corôa, livre, leal e conscienciosamente, sem ligar-se á opiniao do ministerio; do contrario fôr

inutil a instituição do conselho de estado, porque os seus membros nunca poderiam fallar á corôa, senão conforme a opiniao do ministerio; e isto é absurdo que ninguém pôde deixar de conhecer.

Partido d'este principio, entendemos que os conselheiros devem fallar, nas camaras legislativas segundo a sua convicção, e nunca por imperioso dever de sustentar o ministerio, julgando-se *auxiliares seus*. E tal é a posição de um conselheiro de estado, que elle nunca deve ficar silencioso em questões importantes; porque, se o ministerio obrou segundo a sua opiniao, deve elle, por lealdade á corôa, sustentar perante as camaras o que disse em conselho. Se porém o ministerio obrou differentemente, cumpre ao conselheiro de estado combater-o para que a corôa veja, pela luz da discussão, de que lado está a razão. Accresce que, podendo o ministerio desviar a convocação do conselho de estado aquelle, que está na rigorosa obrigação de dizer á corôa o que sente, deve aproveitar o meio que tem de fazel-o, entrando em discussões perante o corpo legislativo. Parece-nos pois que os conselheiros de estado não têm obrigação de defender o ministerio, senão quando estão de accordo com os seus actos; devendo, em todo o caso, tomar parte nas discussões para mostrarem a sua lealdade á corôa. E aqui está mais uma razão para o sr. Aureliano não sêr nomeado conselheiro de estado: S. Exc. não sabe fallar, e as razões que apresentou da sua demissão provam que só quer os seus *arranjos*, e no momento do perigo abandonará o seu posto. Em um conselheiro de estado exigem-se, como qualidades indispensaveis—saber, firmeza e lealdade.—Quem cura somente dos seus *arranjos* não deve contaminar tão respeitavel e importante corporação.

### Lê-se no Diario do Rio de Janeiro:—

#### A NOVA ADMINISTRAÇÃO.

—O chefe do gabinete compareceu hontem no senado, e perpassando as causas que derão lugar á dissolução do gabinete de 23 de março, expoz á camara dos senadores que comprehendem, elle e seus collegas, as difficuldades da situação em que se achou os negocios publicos, e finalmente declarou em termos muito breves o programma da administração de 20 de janeiro. O discurso do chefe do gabinete tem mais de um ponto de contacto com o que hontem proferia na camara dos deputados o Sr. Paulino, que nós consideramos chefe do partido governista n'esta camara.

O programma da nova administração é como o programma de todas as administrações passadas e futuras, em quanto no paiz não houver uma verdadeira revolução moral nas ideas e nas convicções politicas dos individuos, em quanto as opinões não forem realmente descriptas. E' porisso que os programas nada significão e até tem cahido em ridiculo. —Queremos paz com todo o mundo, porém sem quebra da dignidade e dos interesses do Brasil: —queremos o socego e a tranquillidade interna como o unico meio de liberdade, de civilização



e progresso: — queremos economias em todos os ramos da administração publica para manter o necessario equilibrio entre a receita e a despesa. Estas idéas formão o essencial de todos os programas; são tambem a essencia do programma da nova administração; deixas-hemos por tanto para pautarmos por ellas os actos do ministerio de 20 de janeiro.

Entretanto ha algumas idéas no discurso do nobre chefe do gabinete, que nos parecerão dignas de uma administração que estreia sua marcha no meio de perigos, de difficuldades quasi insuperaveis. O novo ministerio aceita todas as condições do systema representativo; reconhece o principio de solidariedade ministerial, e desde já proclama que, de accordo a respeito da solução que exigem as questões pendentes, estão acabadas quaisquer divergencias acerca do passado, de factos consumados. Esta explanação nos parecia tanto mais necessaria, por quanto ainda não haviamos esquecido as opiniões emitidas em ambas as camaras por dois dos membros do novo gabinete. Assim, Deus permita que as divisões, que acarretarão a dissolução do gabinete passado, não venhão travar a marcha do ministerio actual; e ainda mais, que este reconheça sua posição eminente e repilla dos conselhos qualquer influencia desconhecida pela constituição e pela indole do systema representativo.

O nobre ministro da justiça terminou o seu discurso por estas palavras: «Eis, senhores, nossas vistas geraes; se ellas são conformes ás vossas, DAEMOS FRACAMENTE VOSSA CONFIANÇA, prestaremos VOSSO CONCURSO; si o não são, FAZEMOS AO PAIZ O SERVICO DE NEGAL O PROMPTO E DECISIVAMENTE, para que se organizesse novo gabinete, que, forte pela vossa confiança, possa corresponder á do monarchia, vencer os principaes embaraços da situação e fazer o bem possivel.»

Esses são os nossos votos desde que se abriam as camaras: o paiz está em tal posição, tão criticas são as circumstancias em que nos achamos, que o parlamento deve ser prompto e decisivo em seu apoio, ou em sua opposição: o paiz não sofre, não pôde supportar administrações fracas ou indifferentes. O ministerio comprehendeu perfeitamente a situação, dirigiu-se ao parlamento com franqueza, os representantes da nação devem responder-lhe com lealdade. Nós o esperamos.

## ELEIÇÕES DO BREJO.

*Estrangeirinha do Sr. J. A. de Miranda.*

— Todos sabem que o ultimo adiamento, proposto na camara dos snrs. Deputados, acerca do parecer da commissão de poderes sobre as eleições do Maranhão, foi para que—se pedissem ao governo as informações que tivesse a respeito das eleições do Brejo—mas o que faz o digno secretario interino, redactor do officio? Roga ao sr. Ministro do Imperio se sirva obter e enciar á camara as informações possiveis! Ora com effeito o sr. J. A. de Miranda é muito ladino... O governo tinha já mandado para a camara todos os papeis que tinha recebido sobre as eleições d'aquella provincia; para obter e

enciar outros será preciso mandal-os vir do Maranhão; e eis adiado o parecer da commissão até á sessão do anno futuro, eis preenchidos os desejos de João Bem-tevi; isto é, impedir, *custe o que custar*, que se possa levantar na camara uma voz que advogue os direitos dos vencidos, que denuncie as tyrannias dos vencedores... —Ora viva o sr. João Antonio de Miranda!

«Ilm. e Exm. Sr.—Não tendo a camara dos deputados considerado sufficientes os documentos e mais papeis remetidos á casa, relativos á eleição do Brejo, na provincia do Maranhão, principalmente depois da *desaparição* das duas actas enviadas pela camara da capital da mesma provincia, e havendo em consequencia um de seus membros requerido que se exigissem do governo informações sobre o que é relativo ás mencionadas eleições, rogo a V. Exc. se sirva obter e enciar á esta camara as informações possiveis.

Deus guarde a V. Exc. Paço da Camara dos Deputados em 18 de janeiro de 1843.—João Antonio de Miranda.—Sr. Candido Joze de Araujo Viana.»  
(Da Sentinella da Monarchia.)

—Offereço á consideração dos Snrs. Deputados a declaração acima publicad-a, (\*) que me parece muito importante, sobre a questão que ora se agita, relativamente ás actas do collegio do Brejo da provincia do Maranhão; este documento destróe todas as duvidas e confusões que conveny ao Sr. Dr. Miranda que appareçam para se não contar a verdadeira acta d'aquelle collegio que este Sr. pretende annullar, a fim de servir de holocausto para applicar a sanha de seu cunhado o Sr. Joze Jansen do Paço.

Devo dizer em resposta ao discurso proferido pelo Sr. Dr. Miranda, na sessão de 12 do corrente, visto que não temido na camara quem lhe rebata victoriosamente as asserções as mais inexactas, que se anima a emitir; que S. S. deu a maior prova da nullidade das eleições do Maranhão, confessando que se senta na camara dos deputados contra todo o direito.

S. S. querendo provar que se deve annullar o collegio do Brejo, disse, que esse collegio por têr dado 75 eleitores, mostrava têr metade da população da provincia, o que é insustentavel; fundando-se na autoridade de um mappa que publicou no Maranhão quando presidente; pelo que concluo que a provincia do Maranhão, não pôde dar mais de 150 eleitores, e por tanto não é o Sr. Dr. Miranda deputado legal pelo Maranhão, visto que obteve 282 votos; e se esta conclusão for repellido por S. S., então S. S. não quiz convencer a camara, mas illudi-la, sofisticando por uma forma pouco honrosa, em questões d'esta ordem.

Se 75 eleitores em um collegio, rico e populoso como o Brejo, é augmento excessivo de eleitores a ponto de considerar o Sr. Miranda, e o seu mappa, que importava em metade da população

da provincia; segue-se que Alcantara que é duas vezes menor que o Brejo, em terreno, e que tem menor população, e isto segundo o mappa citado, deu trez partes da população da provincia (95 eleitores), e o collegio de Viana, quasi metade da população da provincia (67 eleitores) e por conseguinte deram esses dous collegios tantos eleitores, como toda a provincia, e mais alguma couza!!!

O Sr. Dr. Miranda não pôde evitar este dilemma—ou a sua eleição é falsa e nulla, ou S. S. reconhece falsos, citando-se a si proprio, e apoiando-se em um mappa imperfeitissimo, que dá, por exemplo—3,522 fogos a comarca de Alcantara, e uma população de 22,160 almas—2,576 fogos á algumas partes da comarca do Brejo, e 22,737 almas—1,753 fogos da comarca de Viana, e 36,176 almas!!! mappa, finalmente, que mereceu este juizo do mesmissimo Sr. Dr. Miranda no seu discurso á assemblea provincial do Maranhão, artigo—estatistica:—

«Não é possivel assegurar a exactidão do mappa que vos offereço, e tal é a desordem dos publicos negocios, que ninguém ha, por mais baldio de instrução, que lhe não conteste essa mesma desgrada probabilidade.

—Dizentos e dezessete mil almas para a provincia do Maranhão, não me parece numero exacto. Eu me inclinaria a eleva-lo algum tanto, dando á classe dos escravos numero mais avultado.»

Por tanto, está demonstrado que, se os argumentos do Sr. Miranda provam alguma couza, é a injustiça e escandaloso com que se senta em uma camara onde é membro intruso, e nunca a nullidade de um collegio, que só lhe convém quando se annulla porque assim o exige seu cunhado, e por outras causas por S. S. bem conhecidas.

Candido Mendes de Almeida.  
(Idem.)

## RECTIFICAÇÃO.

—O Sr. Miranda nos seus discursos, proferidos nas sessões de 12 e 13 do corrente, disse que Itapucurú, Caxias e Pastos-Bons, tinham elevado os seus eleitores. E' um erro, ou antes uma falsidade. —Sobre o Itapucurú, pouco direi, porque já o Sr. Venancio fez todas as pesquisas, e reconheceu que as queixas dos Jansens eram infundadas. Em quanto a Caxias e Pastos-Bons, só a má fé e muita má fé pôde inspirar taes accusações.

Se houveram collegios onde imperou a moderação a este respeito, no mais alto grau, foram sem duvida Caxias e Pastos-Bons: Caxias, a principal comarca do Maranhão em riqueza e população, e que pôde conter em terreno, tres ou quatro vezes, a comarca de Alcantara, deu 67 eleitores, em quatro freguezias; e Pastos-Bons, que se pode equiparar á Alcantara, ou, pelo menos, á Viana deu 39 eleitores em tres freguezias!!!

Se me cingir ao mappa imperfeito d'este Sr. encontro só dentro de Caxias, que contem 4 freguezias, 3,087 fogos, uma população de 27,149 almas, não entrando as ricas freguezias do Codó e S. José. Sobre Pastos-Bons nada diz o mappa, porque engloba 2,748 fogos e 18,657 almas, em quatro freguezias, á excepção da

(\*) E' a declaração do sr. Leonardo Joze de Lima que já foi publicada no Publicador Maranhense e na Revista, por isso a suprimimos.

de S. Bento, duas das quizes fazem parte da comarca da Chapada. Sobre o Itapacurú, e mui principalmente sobre a freguezia impugnada, o mappa do Sr. Miranda desmente-o, porque dá a esta freguezia de N. S. das Dóres 1555 fogos, e 27,327 almas, população superior a toda a comarca de Alcantara.

Mais justiça, Sr. Dr. Miranda, ao partido que ainda hoje S. S. reconhece, como amigo da ordem, que nunca se manchou fazendo *rugas*, que injustamente é perseguido por uma facção criminosa e...

*Candido Mendes de Almeida.*  
(Idem.)

## MARANHÃO.

### A REVISTA.

#### Ainda as Eleições da Misericórdia.

—Tiveram com effeito logar as eleições da Misericórdia que se celebrarão desta vez pelo incidente desagradavel de que nos vamos occupar.

No dia aprasado (1.º de Março) reuniu-se a respeitavel confraria na casa em que a meza costuma a fazer as suas sessões, a fim de proceder á eleição dos novos mezaros e definidores. A meza a principio foi presidida, como se dizia, pelo provedor contestado o Sr. J. Jansen do Paço que abriu a sessão, e procurou desde seu começo demorar ou adiar o acto debaixo de diversos pretextos, sendo o mais notavel que se devia esperar por um irmão (o Sr. Barradas) que vinha fazer certa proposta que prejudicava os actuaes mezaros!

E observando alguns mezaros que se não devia esperar por ninguem, mas dar principio ao acto para o qual foram convocados os irmãos que se achavam reunidos, acrescentando que a proposta fosse ella qual fosse não podia prejudicar á eleição regularmente determinada na conformidade do compromisso, e que a meza, pois que era para isso a autoridade competente, tomaria conhecimento della em outra qualquer occasião; entrou o provedor a tergiversar; e ora dizendo que se retirava, ora dando palavra a irmãos que não eram membros da meza, e fazendo-os intervir na discussão, conseguiu demorar o negocio até á chegada do Senhor Barradas cuja proposta se cifrou em afirmar—*que a meza não devia proceder á eleição por que estava suspensa de suas funções em virtude de uma sentença do juiz das capellas*, a qual nem elle, nem o provedor poderão acabar nos autos por mais que os folheassem!

Com a presença do Sr. Barradas a discussão que tinha até alli sido renhida e calorosa começou a tornar-se desagradavel. As interrupções eram frequentes, animadas, e pouco civis. Os Srs. doutor Bacellar, mezaros, Adrianno Barradas, e Antonio Jansen do Paço (\*), irmão do provedor, excederão-se e trocarão alguns insultos. O ultimo dos tres ameaçou o doutor com um chicotinho de que se achava munido, e poderão-se mãos violentas os dois, e o Sr.

(\*) Este Sr. não ia ali para dar o seu voto; por não ser irmão da Misericórdia.

Izidoro Jansen Pereira, cunhado do provedor; ao passo que se esgueirava com os authos debaixo do braço o Sr. Barradas pae que concorrera para isto com a sua proposta. Os contendores foram logo separados por aquelles Srs. que lhes ficavam proximos; e nesta occasião disse o provedor que levantava a sessão. Sendo depois instado por alguns irmãos para que continuasse a presidir aos trabalhos, recusou fazel-o, e retirou-se.

Esta scena tão inopinada, como indecente, teve logar perante uma assembleia, composta de perto de 90 irmãos, todos pessoas respeitaveis e qualificadas, negociantes, proprietarios, capitalistas, e a todos causou, como é de suppor, grande estranheza e desgosto. E' de notar que neste numero apenas contava o Sr. José Paço meza duzia de compartida-rios! Tão imperceptivel é a memoria em que se achava esse Sr. na rica e poderosa confraria da Misericórdia!...

Composto este desguisado, e serena da a torvação que elle occasionára nos espiritos, requererão os irmãos presentes que se procedesse á eleição, visto que tinham sido convocados para semelhante fim. Admittida e posta em discussão a proposta, resolveu a meza presidida pelo secretario na conformidade do requerimento, e recebeu e aporou 76 listas dos irmãos que estavam presentes na occasião.

Esta decisão nos parece mui curial e conforme com o compromisso que no artigo 18, capitulo 4.º, determina positivamente que as eleições se façam no 1.º de Março. Nem vemos que pelo compromisso tenha o provedor o direito de levantar ou suspender a sessão, e muito menos quando a suspensão possa prejudicar ás decisões da meza e interesses da Santa Casa, como acontece neste caso em que ella importaria no adiamento das eleições que, não só tem dia designado para se fazerem na lei que esta especie rege, mas que, segundo todas as leis analogas, devem constituir um acto continuado e não interrompido.

Admittida porem a suspensão, por necessidade, devia ella cessar logo que cessasse o motivo que a occasionou. O desguisado em que tiverão tambem parte o irmão e o cunhado do provedor e que deu origem á suspensão, foi inespérado e momentaneo, e, serenado elle, tinha de continuar a sessão, a fim de proceder-se á eleição. O provedor ainda se achava na casa quando tudo se accomodou, mas não quiz mais presidir á sessão, e retirou-se; devia pois esta continuar presidida por aquelle que o compromisso designa para substitui-lo; e foi justamente o que teve logar.

Entre tanto bom é que se saiba que o juiz que juramentou o provedor contestado, foi o Sr. Paulo Cascaes que é devedor á Santa Casa de um conto e tantos, e litiga com ella sobre o pagamento dos juros desta quantia; que o Sr. Barradas que fez a proposta de que tratámos, é tambem devedor á mesma casa de cinco contos de reis que deseja, segundo nos informão, pagar com um predio apenas começado; ao passo que nem os actuaes mezaros, nem os novos eleitos, devem cousa alguma á Santa Casa. Por aqui se pode inferir do zelo e desinteresse com que uns e outros servem, e servirão á Misericórdia.

### — POST-SCRIPTUM. —

—O Sr. J. Paço não contento com os obstaculos que poz á eleição da Misericórdia, quer agora confundir tudo, e publica o edital que abaixo transcrevemos, convocando os irmãos para nova eleição no dia 12 do corrente contra o disposto no artigo 18 do compromisso, e em opposição á deliberação da meza que procedeu á eleição no dia marcado, e á propria confraria que votou nella! Nem ao menos espera esse sr. que sejam annulladas as actuaes para que tenham logar outras eleições, antecipa tudo, faz e do juiz das capellas e de meza, e manda proceder a outras! Grande é em verdade o zelo do sr. Paço pelos interesses da S. Casa! Porque não mostra elle o mesmo empenho em dirigir os negocios da irmandade dos terceiros, de S. Anninha, e outras?

Parece que o sr. Paço quer com a meza duzia de votos de que dispôs impôr a lei a toda a confraria, e fazer na Misericórdia eleições como us da Sé! E' tempo de S. Ex. o sr. presidente da provincia intervir neste negocio, visto que é pelo compromisso o protector do estabelecimento, e principalmente si se attender que o juiz das capellas que dizem ser o sr. Jansen Ferreira é inteiramente suspeito por ser primo do sr. Paço e cunhado do sr. Izidoro.

### — EDITA ES —

—De ordem do Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia se faz publico que, não tendo-se verificado no dia 22 do corrente a arrematação do arrendamento do predio Nacional sito na travessa do Açougue velho desta cidade por falta de lançadores, continua o mesmo arrendamento a andar em praça em todos os dias de sessão da mesma Thesouraria. Secretaria da Thesouraria da Fazenda do Maranhão em 23 de Fevereiro de 1843.

*Francisco Joze Cezar do Amaral.*

—De ordem do Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia se faz publico, que no dia 13 do corrente se hade arrematar na mesma Thesouraria huma porção de cabos de linho e dous pastões de ferro, existentes no Arsenal da Marinha desta cidade.

As pessoas que se propozerem a licitar em taes objectos poderão comparecer das 10 horas da manhã as duas da tarde do indicado dia. Secretario da Thesouraria da Fazenda do Maranhão em 4 de Março de 1843.

*Francisco Joze Cezar do Amaral.*

“O Provedor da Santa Casa da Misericórdia, convida a todos os irmãos para que no dia 12 deste mez ás 10 horas da manhã compareçam na sala das sessões, a fim de se proceder á eleição dos Mezaros, e Definidores que hão de servir para o anno, a principiar de 19 do corrente, visto que não pode ter logar no dia marcado pelo Compromisso, em razão de ter levantado a sessão antes que se desse principio ao recebimento das sedulas.

Maranhão 2 de Março de 1843.

*Joze Jansen do Paço.”*

*Maranhão: Typographia Imperial Maranhense 1848.*